

# Cooperação benéfica à economia mundial

Caso esta dupla exigência seja aceita, o diálogo se beneficiará de sopro novo: o monólogo dos credores e devedores será eventualmente substituído pelo trabalho em comum de parceiros solidários com a economia mundial.

Perguntamos: este convite ao diálogo não se torna ligeiramente irrisório quando nos lembramos dos cinco imperativos centrais do programa do FMI, a saber: baixa das taxas, crescimento mais vigoroso, liberação do comércio mundial, aumento da ajuda aos países mais pobres, política de ajustamento dos países endividados?

Depende: trata-se de diálogo de homens e países. Este diálogo pode ser reformulado. Ou não. Mas as possibilidades que ele poderia favorecer são tais que é imperativo tentar. É preciso que os grandes países, dos hemisférios Norte e Sul, estejam dispostos a dar o primeiro passo, a pronunciar a primeira palavra.

A história da cooperação internacional demonstra que, na origem destes movimentos mais notáveis de solidariedade coletiva diante de crises difíceis, os grandes países nunca estiveram juntos e ao mesmo tempo na linha de partida. Alguns devem seguir na frente, até que outros os acompanhem. Esta proposta corresponde, por outro lado, à renúncia de prática que tem custado muito caro à comunidade mundial: subordinar o próprio esforço à contribuição de outro.

Suponhamos que os fatos se desenrolem desta maneira. Verificaremos a seguir que os acentos dos discursos e da política foram deslocados. O esforço limitado de cada um, engrandecido pela receptividade do

ponto de vista alheio, poderá provocar renovação real dos cenários futuros.

Imaginemos quais seriam as perspectivas para os anos 90, se: — a Europa deixasse de comentar sobre atos e fatos negativos ou positivos dos EUA, sacudisse suas barreiras internas, abandonasse práticas esclerosadas e, assim, dobrasse sua taxa de crescimento; — os EUA anunciassem, finalmente, plano aceitável de redução de seus déficits e a volta do apoio financeiro às instituições multilaterais digno de suas responsabilidades mundiais;

— o Japão deixasse de acumular excedentes, abrindo seus mercados;

— a Opep deslocasse uma parcela importante de seus ativos financeiros para as operações diretas de investimento produtivo nos países em dificuldades;

— os países do Sul mais avançados, cujo nível de desenvolvimento é superior ao dos países mais pobres, aceitassem assumir parcela do fardo da ajuda ao desenvolvimento;

— e, finalmente, todos os países aceitassem reconhecer sua parcela de culpa no protecionismo e acionassem medidas de liberação de seu comércio sem esperar pelo exemplo daqueles que acumularam novos entraves, depois dos solenes compromissos assumidos em Williamsburg.

Nenhuma destas possibilidades ou sugestões são exatamente novas.

Nenhuma delas exige esforços fora do comum. Todas concorrem para o interesse dos países envolvidos. Entretanto, todas sugerem reflexões e alterações profundas. Mas este é o preço da saída da crise.